

TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA AGRÁRIA: ABORDAGENS METODOLÓGICAS EM DISTINTOS TERRITÓRIOS

FIELDWORK IN AGRARIAN GEOGRAPHY: METHODOLOGICAL APPROACHES IN DIFFERENT TERRITORIES

Jackson Araujo de Sousa¹

Geovana Mendes Barros²

Leandro Vieira Cavalcante³

RESUMO: A pesquisa em Geografia Agrária, como um campo interdisciplinar que investiga as interações no espaço agrário, emprega métodos e técnicas que combinam abordagens integradas, abrangentes e contextualizadas. Diante disso, o trabalho de campo, como ferramenta metodológica, desempenha um papel fundamental na compreensão das complexidades e contradições do campo brasileiro, onde as relações de poder e as diferentes formas de uso, posse e propriedade da terra são evidentes. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo refletir sobre a importância do trabalho de campo para as pesquisas na área da Geografia Agrária. Por meio de um viés qualitativo e bibliográfico, a metodologia centrou-se na revisão bibliográfica e discussão sobre os métodos e técnicas utilizados nas pesquisas em Geografia Agrária e na realização de trabalhos de campo em quatro territórios, inseridos nos municípios de Caicó e Lagoa Nova, no Rio Grande do Norte, e Itaipaba e Tabuleiro do Norte, no Ceará. Esta experiência demonstrou a diversidade de métodos e técnicas de pesquisa empregadas em Geografia Agrária, bem como evidenciou a importância do trabalho de campo para a viabilidade e aprofundamento das pesquisas nessa área.

Palavras-chave: Trabalho de Campo; Geografia Agrária; Espaço Rural.

Abstract: Research in Agrarian Geography, as an interdisciplinary field that investigates interactions in agrarian space, uses methods and techniques that combine integrated, comprehensive and contextualized approaches. Given this, fieldwork, as a methodological tool, plays a fundamental role in understanding the Brazilian countryside's complexities and contradictions, where power relations and different forms of use, possession and ownership of land are evident. In this context, this article aimed to reflect on the importance of fieldwork to research the Agrarian Geography field. Through a qualitative and bibliographic bias, the methodology focused on the bibliographic review and discussion on the methods and techniques used in research in Agrarian Geography and in carrying out fieldwork in four territories: Caicó and Lagoa Nova, in Rio Grande do Norte, and Itaipaba and Tabuleiro do Norte, in Ceará. This experience demonstrated the diversity of research methods and techniques used in Agrarian Geography, as well as highlighting the importance of fieldwork for the feasibility and in-depth research in this area.

Keywords: Fieldwork; Agrarian Geography; Rural Space.

¹Graduado em Licenciatura em Geografia (IFCE). Mestre em Geografia (UFRN). Doutorando em Geografia (UECE); pesq.jackson.sousa@gmail.com.

² Doutoranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia - Propgeo, da Universidade Estadual do Ceará - UECE. Mestre em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia - GEOCERES; geovana.barros.603@ufrn.edu.br.

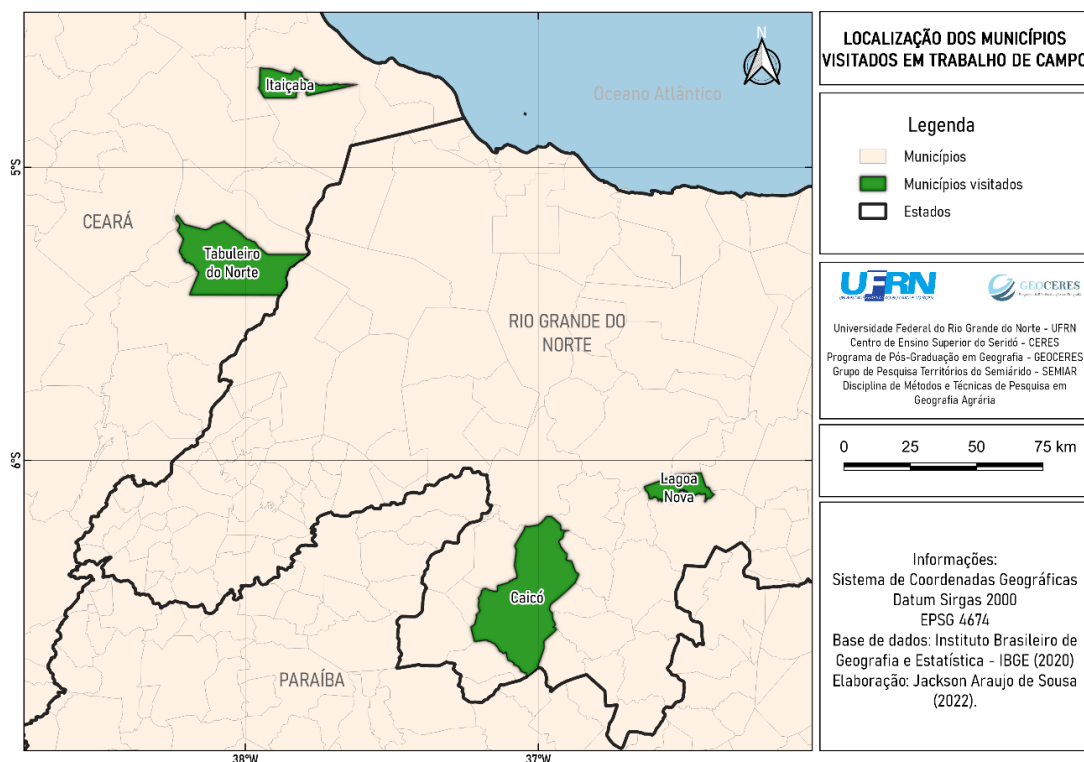
³ Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/CERES). Graduado, Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); leandro.cavalcante@ufrn.br

INTRODUÇÃO

A pesquisa em Geografia Agrária necessita de uma série de métodos e técnicas fundamentais para materializar a investigação no seu campo de estudos. Assim, é indispensável refletirmos sobre esses métodos e técnicas de maneira a tornar mais evidente a importância de estratégias que assumem centralidade na investigação no espaço agrário, devido ao seu potencial de evidenciar as complexidades, contradições, problemas, dificuldades, injustiças e desigualdades que são próprias do campo brasileiro.

Desse modo, o objetivo do presente ensaio é realizar uma reflexão acerca da importância do trabalho de campo no âmbito da Geografia Agrária, utilizando como recurso empírico para demonstração dos métodos e técnicas adotados por essa área da ciência geográfica a partir de trabalhos de campo realizados em quatro territórios, localizados em municípios distintos (Caicó, Lagoa Nova, Itaíçaba e Tabuleiro do Norte) e em duas unidades da federação (Rio Grande do Norte e Ceará) (Figura 1). Ressalta-se que esses trabalhos de campo foram realizados no contexto da disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia Agrária, ofertada em 2022 pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (GEOCERES) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), campus Caicó.

Figura 1 - Localização dos municípios visitados durante o trabalho de campo



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

No escopo da pesquisa, parte-se da compreensão de que o território é todo espaço delimitado por e a partir de relações de poder, exercida por um ou mais grupos (Souza, 2016), o qual pode ser apreendido a partir de diversas escalas (Fernandes, 2008). No contexto do presente estudo, a escala do município (Caicó, Lagoa Nova, Itaiçaba e Tabuleiro do Norte) representa o território ordenado e administrado pelo poder político-administrativo municipal. Já os demais territórios são aquelas localidades em que realizamos trabalhos de campo, quais sejam: as comunidades impactadas pela expansão dos empreendimentos eólicos inseridas em Lagoa Nova, o Perímetro Irrigado do Sabugi, em Caicó, as áreas de artesanato da palha de carnaúba em Itaiçaba e as comunidades impactadas pelo agronegócio em Tabuleiro do Norte.

Diante disso, o presente ensaio é dividido em quatro seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira, evidencia-se a metodologia adotada na disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia Agrária. Na segunda seção, discute-se a importância do trabalho de campo em Geografia Agrária, para posteriormente, na terceira seção, refletir sobre alguns instrumentos e técnicas de pesquisa em Geografia Agrária. Por fim, apresenta-se um relato acerca dos trabalhos de campo, permitindo aprofundar os resultados obtidos a partir dos diferentes procedimentos metodológicos adotados.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adotada constituiu-se a partir de três momentos distintos, mas complementares. Em um primeiro momento, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre os métodos e técnicas utilizados no âmbito de pesquisas em Geografia Agrária, visando qualificar o debate a ser realizado posteriormente. Em seguida, dedicou-se às discussões, realizadas na disciplina do mestrado, acerca dos métodos e técnicas comumente utilizados durante trabalhos de campo adotados nas pesquisas em Geografia Agrária, tais como entrevistas, questionários, rodas de conversa e cartografia social, dentre outros.

O terceiro momento deu-se mediante a prática de trabalho de campo. Foram realizados ao todo quatro trabalhos de campo em territórios distintos, os quais se constituíram como recorte espacial das pesquisas dos discentes que estavam cursando a disciplina. Dessa forma, cada discente ficou responsável por planejar, organizar e executar o trabalho de campo no seu respectivo recorte espacial de pesquisa, com a presença de toda a turma.

Primeiramente, o trabalho de campo iniciou-se a partir da excursão ao Perímetro Irrigado Sabugi, no município de Caicó/RN. Posteriormente, reconheceu-se as áreas de expansão da produção de energia eólica no município de Lagoa Nova/RN. Na sequência,

dirigiu-se ao município de Itaíçaba/CE, com vista a compreender a dinâmica inerente ao artesanato de palha de carnaúba. Em seguida, visitou-se as áreas de expansão do agronegócio e da convivência com o semiárido em Tabuleiro do Norte/CE. Nos quatro momentos, foi possível adotar distintos procedimentos de análise da realidade e de apreensão das dinâmicas locais.

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DE CAMPO NA GEOGRAFIA AGRÁRIA

A prática do trabalho de campo no contexto da pesquisa científica em Geografia Agrária se constitui como uma ferramenta fundamental para evidenciar as contradições e complexidades que são próprias do campo brasileiro, permeado por relações de poder e distintas formas de uso, posse e propriedade da terra (OLIVEIRA, 2007). O trabalho de campo em Geografia Agrária é um instrumento fundamental em investigações que pretendem compreender os fenômenos e processos localizados no espaço agrário.

Em todas as etapas da pesquisa, desde o momento exploratório até a construção do relatório final, o trabalho de campo se constitui como uma metodologia essencial. Conforme Kayser (2006, p. 94), “qualquer um que deseje conhecer um fenômeno só poderá ter sucesso se entrar em contato com ele, ou seja, vivê-lo (praticá-lo) dentro do próprio meio desse fenômeno”. É através do trabalho de campo que, em Geografia Agrária, conseguimos perceber empiricamente os processos desencadeados nos territórios, de modo a compreender, por exemplo, os impactos produzidos por atores hegemônicos e seus rebatimentos nos territórios camponeses.

Conforme assegura Cavalcante (2019, p. 52), por mais procedimentos metodológicos que tenham determinado estudo, “ele estará incompleto sem a realização do trabalho de campo, haja vista que é apenas a experiência do campo que nos dá as bases empíricas indispensáveis para a investigação”, bem como direciona a discussão teórica. O autor também defende que é através do trabalho de campo que se tem acesso aos instrumentos necessários para a efetivação da pesquisa, associado sempre ao debate teórico e à problemática principal que guia a investigação e reflexão.

O trabalho de campo é fundamental para que possamos apreender o território que se pretende estudar. Posteriormente, quando do aprofundamento da pesquisa, é possível através do trabalho de campo aplicar a teoria que dá sustentação à investigação e testar hipóteses, conceitos e categorias, além de delinear melhor a pesquisa e traçar os caminhos da metodologia. De maneira geral, o trabalho de campo, enquanto técnica de análise, pode ser:

[...] utilizado para a obtenção de informações sobre a importância das relações espaciais. Uma das funções mais importantes dos trabalhos de campo é transformar

as palavras, os conceitos em experiências, em acontecimentos reais para a concretização dos conteúdos. Assim, por meio da observação e realização de entrevistas, questionários, os pesquisadores e estudantes irão apreendendo a realidade (MARAFON, 2011, p. 9).

Cavalcante (2019, p. 52) observa que em decorrência de sua grande importância, realizar trabalho de campo “exige planejamento prévio, além de técnicas de observação e coleta de dados, afinado embasamento teórico e técnicas para registro e análise do material”. Portanto, é salutar compreender que o trabalho de campo requer indispensavelmente um planejamento prévio. Sem planejar o trabalho de campo, os pesquisadores ficam expostos à imprevisibilidade e aos contratemplos que podem prejudicar a atividade que se pretende realizar. Certamente, ainda que com o planejamento bem realizado, é crível que haja imprevistos. Entretanto, com esse planejamento é possível adiantar soluções para lidar com o imprevisível.

Dessa forma, é necessário realizar o trabalho de campo a partir da definição de algumas etapas, quais sejam: 1) planejamento; 2) execução; 3) sistematização; 4) análise. Na primeira etapa busca-se responder a perguntas como: O que será realizado no trabalho de campo? Para onde ir? Para quê será realizado? Quanto gasto será necessário? Quanto tempo? Quem será visitado e entrevistado? Na segunda etapa é a execução do trabalho de campo em si, onde se põe em prática o que foi planejado previamente e busca-se lidar com o imprevisível. Na terceira etapa, procede-se para a sistematização, reunindo e organizando as informações coletadas em campo, a fim de redigir o relatório de campo. Por fim, parte-se para a análise, quando serão mensuradas as principais ideias, conclusões e sínteses a partir do trabalho realizado.

Segundo observado por Cavalcante (2019, p. 52), o trabalho de campo exerce uma importância fundamental na pesquisa em Geografia Agrária, “notadamente em virtude do forte teor empírico desses estudos geográficos que dialogam diretamente com as questões sociais, políticas e econômicas do espaço agrário brasileiro”. O trabalho de campo serve, portanto, para que possamos descobrir os lugares, perceber suas contradições e os desafios que, no caso brasileiro, é repleto de desigualdades, negação de direitos e injustiças diversas, bem como repleto de diversidade de paisagens e de territórios, que dotam o contato com o campo de inúmeras possibilidades de apreensão da realidade.

TÉCNICAS DE CAMPO NA PESQUISA EM GEOGRAFIA AGRÁRIA

Durante a realização de um trabalho de campo em Geografia Agrária, são diversas as possibilidades metodológicas que permitem empregar técnicas de levantamento dos dados, as quais são fundamentais para a apreensão da realidade por meio de um contato direto com os

sujeitos. Dentre as técnicas de campo que podem ser utilizadas, destacam-se a entrevista, a roda de conversa, o questionário, a cartografia social e os registros fotográficos. Em função das especificidades de cada uma das técnicas discutidas nesta seção, necessitando de tempos diferentes para sua execução, como é o caso do questionário e da cartografia social, não as utilizamos nos trabalhos de campo evidenciados neste ensaio, ainda que reconheçamos sua importância. Na sequência descrevemos as técnicas de campo mencionadas.

ENTREVISTA

A entrevista é uma técnica de pesquisa amplamente utilizada para conseguir informações que não seriam possíveis somente com a observação e com as leituras (BONI; QUARESMA, 2005). Conforme os autores, existem variadas formas de realizar entrevistas, são elas: a entrevista projetiva, a história de vida e as entrevistas estruturadas, semiestruturadas e abertas. Dessas, a entrevista semiestruturada se destaca por ter certo grau de estruturação, combinando “perguntas abertas e fechadas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2016, p. 59).

Acerca disso, Marafon (2011, p. 9) destaca que:

É importante termos cuidados na realização do trabalho de campo e, entre esses, está a forma como nos aproximamos das pessoas que vamos entrevistar ou aplicar questionários. É necessário explicar para que servem os questionamentos efetuados. Deve-se estar aberto à troca de informações, às novas realidades encontradas, registrar todas as informações em um diário ou caderneta de campo. As entrevistas podem ser gravadas desde que autorizadas pelo entrevistado.

Dessa forma, a utilização da entrevista deve seguir uma metodologia e uma postura adequadas de acordo com os sujeitos entrevistados. Também deve-se tomar alguns cuidados, como verificar se o gravador foi ligado, solicitar autorização para gravação, bem como estar atento a imprevistos, conforme demonstrado por Sposito (2022).

RODA DE CONVERSA

As entrevistas podem ser realizadas de maneira individual e em grupo; neste último caso, podendo ser realizadas através de rodas de conversa. Nesse tipo de abordagem é possível reunir uma série de pessoas que vivenciaram determinado fenômeno, demonstrando suas diferentes percepções acerca das repercussões dos processos nos territórios.

As rodas de conversa são conduzidas pelo pesquisador que, se utilizando de perguntas geradoras, estimula a fala dos participantes, podendo ter duração de algumas horas.

Dependendo da condução do moderador (o pesquisador), a roda de conversa pode trazer várias descobertas, pois há grande possibilidade de o diálogo em grupo produzir novas reflexões que poderiam não serem alcançadas sob uma entrevista individual.

Isso ocorre justamente porque um dos objetivos das rodas de conversa consiste em “socializar saberes e implementar a troca de experiências, de conversas, de divulgação e de conhecimentos entre os envolvidos, na perspectiva de construir e reconstruir novos” saberes acerca das temáticas trabalhadas (MOURA; LIMA, 2014, p. 101).

No âmbito da Geografia Agrária, essa metodologia tem potencial para demonstrar a percepção da coletividade acerca do avanço do agronegócio, da importância das tecnologias sociais, da relevância do artesanato de palha, dos desafios de se viver em um perímetro irrigado, por exemplo, como foi observado nas atividades que serão descritas posteriormente.

QUESTIONÁRIO

Conforme Gil (2008), o questionário pode ser compreendido como a técnica de investigação responsável por submeter um conjunto de questões a serem respondidas pelas pessoas, tendo o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, dentre outras informações.

O questionário se constitui por um conjunto de questões objetivas, em que cada questão é composta por um comando e uma série de alternativas de respostas que podem ou não se adequar à realidade dos sujeitos. No âmbito da Geografia Agrária é uma importante técnica, sobretudo para se obter informações de cunho mais quantitativo que não são fornecidas por órgãos oficiais em contextos de pesquisas mais específicas que têm recortes restritos a comunidades locais.

CARTOGRAFIA SOCIAL

Conforme Acselrad e Viégas (2013, p. 17), “a cartografia social pode ser entendida como a apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão”. Nesse contexto, o ato de cartografar dada realidade social é um processo que envolve disputas de poder, lançando mão das intencionalidades de variados atores que produzem diferentes cartografias, tentando colocar a sua cartografia como a hegemônica (ACSELRAD; VIÉGAS, 2013).

A cartografia social é fundamental inclusive como uma estratégia de contestar a cartografia hegemônica produzida pelo Estado e pela iniciativa privada, que tende a invisibilizar os problemas, dificuldades, desafios, desigualdades, injustiças e conflitos nos territórios, dando a impressão de que se tratam de espaços vazios, passíveis de serem ocupados por atores hegemônicos.

Nesse sentido, se constitui como uma técnica fundamental no contexto de pesquisas no âmbito da Geografia Agrária, pois permite aos camponeses, em parceria com as organizações sociais e universidade, construir uma cartografia que pode visibilizar os territórios que têm sofrido com o avanço de atividades econômicas com grande potencial de gerar impactos sociais e ambientais.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

A fotografia é uma técnica salutar para a pesquisa em Geografia Agrária. Carrega consigo o poder de revelar e tornar mais evidentes algumas faces da realidade difíceis de serem descritas em um texto dissertativo. É a partir da fotografia que é possível perceber, no contexto da Geografia Agrária, a contradição, por exemplo, entre modelos diferentes de desenvolvimento no campo.

No contexto da pesquisa científica, Souza e Pessôa (2013, p. 188) destacam que:

[...] a utilização da fotografia ou de outras imagens não deve ser tomada apenas como o registro de determinados eventos, mas deve seguir uma perspectiva de comunicação visual. Ou seja, esse recurso não pode ser banalizado; sua inserção no trabalho acadêmico deve ter relevância para a consolidação da ideia ou do fato tratado textualmente.

Nesse sentido, a utilização da fotografia deve ter uma intencionalidade, vinculada a melhor elucidação do fato pesquisado. Não deve ser usada apenas como uma mera ilustração, sem a consciência de que o recurso à fotografia contribuirá para tornar mais claro o fenômeno investigado. No presente ensaio, a fotografia constitui-se como um recurso fundamental usado no trabalho de campo, pois permitiu demonstrar alguns fenômenos observados nos territórios visitados, bem como tornar mais evidentes alguns processos.

TRABALHOS DE CAMPO EM DISTINTOS TERRITÓRIOS

O trabalho de campo funciona como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de pesquisas nas mais variadas áreas do conhecimento, notadamente no âmbito da Geografia Agrária. Nesse sentido, como produto da disciplina Métodos e Técnicas da Pesquisa em Geografia Agrária, após leituras e discussões, os discentes planejaram e executaram atividades

de campo nos territórios das suas pesquisas, inseridos respectivamente nos municípios de Caicó e Lagoa Nova, no Rio Grande do Norte, e Itaiçaba e Tabuleiro do Norte, no Ceará. O Quadro 1 destaca as estratégias utilizadas nos quatro territórios visitados.

Quadro 1 – Estratégias metodológicas utilizadas nos diferentes trabalhos de campo

Territórios visitados	Estratégias utilizadas
Perímetro Irrigado do Sabugi - Caicó/RN	Entrevistas abertas, registros fotográficos, roda de conversa
Comunidades impactadas pela expansão de empreendimentos de energia eólica - Lagoa Nova/RN	Entrevistas abertas, registros fotográficos
Áreas de coleta e artesanato da palha de carnaúba - Itaiçaba/CE	Entrevistas abertas, registros fotográficos, roda de conversa
Áreas de expansão do agronegócio e território camponeses - Tabuleiro do Norte/CE	Entrevistas abertas, registros fotográficos, roda de conversa

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

As atividades realizadas durante esses trabalhos de campo são descritas na sequência, de modo a contribuir com a apreensão dos processos analisados.

CAICÓ: ABANDONO DO PERÍMETRO IRRIGADO SABUGI

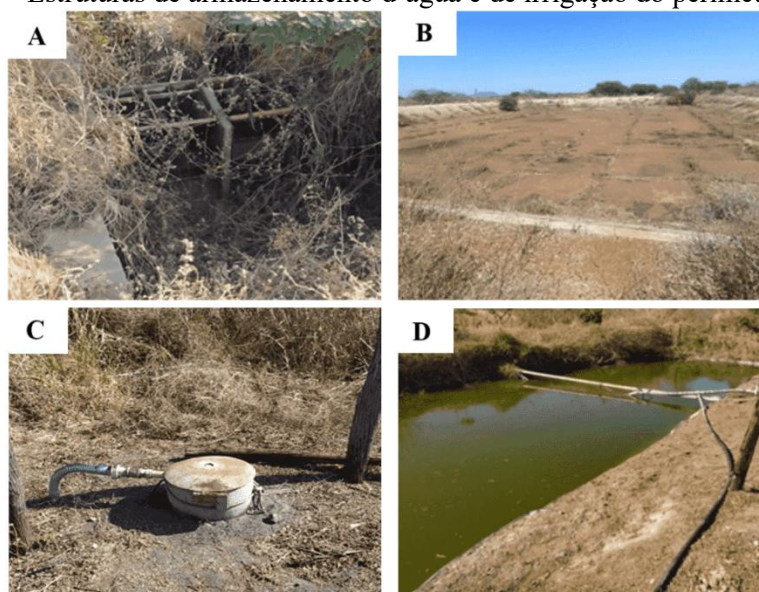
Desde a década de 1960, o Semiárido brasileiro tem sido o foco de interesse de uma perspectiva de desenvolvimento voltada para a implantação de perímetros irrigados como estratégia geopolítica de expansão seletiva da fronteira agrícola (PONTES *et al*, 2013). Diante disso, para entender o contexto e as dinâmicas dos sujeitos nesses espaços, visitamos o Perímetro Irrigado Sabugi, localizado na zona rural de Caicó.

Esse perímetro irrigado foi implantado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) na década de 1970. Assim como outros perímetros instalados no Semiárido, seu objetivo inicial era contribuir com o crescimento da produção agrícola do país, mediante cultivos irrigados. Sua implementação gerou novas transformações territoriais e sociais para a época, mas atualmente é possível constatar que este encontra-se em estado de abandono (BEZERRA, 2024).

Este aspecto foi relatado por um agricultor local que nos guiou para a visita à diversas estruturas desativadas e em estado de deterioração, a exemplo das piscinas e canais de distribuição de água. Percebeu-se como os(as) camponeses(as), mesmo com a existência de

estruturas construídas pelo Estado, mas inutilizadas em função de sua conservação, necessitam traçar estratégias para desenvolver as atividades econômicas que vão tornar possível a permanência no território, como a construção de estruturas como poços, piscina com material de geomembrana para armazenamento de água e sistema de irrigação por gotejamento. Na Figura 2 é possível observar algumas das estruturas mencionadas.

Figura 2 – Estruturas de armazenamento d’água e de irrigação do perímetro irrigado



Fonte: Acervo dos autores (2022).

- A: Trecho do canal de irrigação, com estrutura deteriorada e coberto pela vegetação.
B: Piscina de armazenamento de água desativada e com estrutura danificada, comumente utilizada para distribuição em canais de irrigação.
C: Poço profundo construído com recursos próprios dos colonos.
D: Criatório de peixes construído pelos colonos.

Ademais, após esse itinerário para observação desses aspectos no Perímetro Irrigado Sabugi, participamos de uma roda de conversa (Figura 3) com os agricultores mais antigos da comunidade, chamados de colonos irrigantes. Nesse momento de diálogo, percebeu-se que as falas desses sujeitos são carregadas de lembranças a respeito do início da implantação do perímetro ao relatarem, principalmente, sobre a diversidade da produção que contava com culturas como banana, algodão, tomate, feijão, milho, mamão, melancia e outras. A partir dessa roda de conversa, percebeu-se como as falas dos sujeitos suscitam as lembranças do grupo participante, complementando as informações.

Figura 3 – Roda de conversa com os agricultores irrigantes



Fonte: Acervo dos autores (2022).

Os colonos alegavam que o cenário nos tempos iniciais da implantação do perímetro era muito melhor do que o atual, pois havia água disponível e a gestão do DNOCS que estabelecia o que deveria ser produzido. Mas a conjuntura do Perímetro Irrigado Sabugi foi modificada com a escassez hídrica, quando o DNOCS alegou que os canais estavam sem condições de uso e suspendeu a irrigação. Esse ocorrido gerou diversos impactos que, ainda hoje, afetam esses produtores, principalmente aqueles que possuem terras mais afastadas das fontes naturais de água, como rios e lagos. Mas mesmo com essas repercussões, os colonos percebem que a comunidade passou por processos de desenvolvimento positivos, com o acesso a água encanada, a construção de novas moradias, a instalação de cisternas, etc.

Diante do que foi observado e dito pelos colonos, o perímetro encontra-se em situação de abandono e dependendo de outras alternativas para ter acesso à água, como a opção dos poços profundos, bem como das cisternas de placas. Mas mesmo diante dessas questões, apesar do esquecimento do Perímetro Irrigado Sabugi por parte do Estado, a vida ainda persiste e resiste, mostrando que apesar das dificuldades, os(as) camponeses(as) têm conseguido permanecer no território, reelaborando seus modos de vida.

LAGOA NOVA: FRONTEIRA EÓLICA NA GERAÇÃO DE ENERGIA

Em decorrência da sua posição geográfica, o estado do Rio Grande do Norte dispõe de uma das maiores matrizes eólicas do Brasil (OLIVEIRA NETO, 2016), sendo o município de Lagoa Nova um dos locais selecionados para instalação de parques de geração de energia eólica.

Posicionado na região da Serra de Santana, em 2014 iniciou-se o processo de implantação de aerogeradores (Figura 4) destinados à produção de energia eólica que, ao longo dos anos, alterou profundamente a paisagem do município provocando impactos sociais e ambientais de distintas intensidades e gravidades.

Figura 4 – Aerogeradores no município de Lagoa Nova



Fonte: Acervo dos autores (2022).

Anteriormente à presença dos aerogeradores, a renda do município era baseada na agricultura, pecuária e arrecadação de tributos, mas após a instalação dos parques eólicos, a população passou a perceber mudanças consideráveis na economia local (FIALHO, 2019). De acordo com o autor supracitado, a instalação das turbinas era executada por profissionais de fora da cidade; em decorrência disso, houve maiores demandas que fortaleceram os setores imobiliários e alimentícios, com o surgimento de novas pousadas, restaurantes e mercearias. Além disso, o arrendamento de terras tem gerado uma nova fonte de renda para os proprietários fundiários que alocaram suas fazendas para as empresas eólicas.

Aparentemente, a energia proveniente desses parques eólicos é gerada em um circuito sustentável. Entretanto, sua territorialização pode produzir desigualdades e conflitos, como pôde ser observado a partir de registros fotográficos e entrevistas abertas. Os benefícios financeiros oferecidos às famílias proprietárias de terras, com contratos de 25 anos e remuneração de cerca de R\$ 1.000,00 mensais para implantação de aerogeradores, são atrativos para algumas famílias, ocasionando a cessão das terras para as empresas.

Todavia, essa territorialização tem produzido também impactos ambientais, como a destruição de colônias de abelhas, poluição sonora, morte e expulsão de espécies de aves. Conforme relatos, ainda que não tenham interesse, as famílias são pressionadas a cederem suas

terras às empresas. Em alguns casos, o arrendamento das terras é realizado no interior de assentamentos rurais e comunidades quilombolas, gerando conflitos ambientais e territoriais.

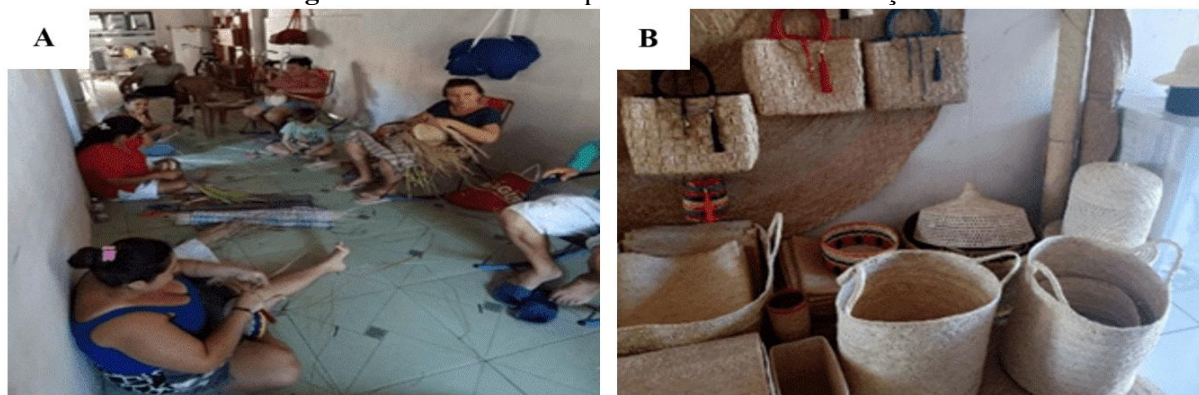
Nesse leque de impactos, ainda pode-se perceber o aumento do preço das terras, decorrente da especulação fundiária resultado da implantação dos aerogeradores. Adicionalmente, foi possível perceber as relações de poder presentes no território, pois conforme relatos, há um acirrado mercado de terras cujas empresas são protagonistas.

Diante disso, a expansão da geração de energia eólica sobre os territórios, ainda que acompanhada do discurso de sustentabilidade ambiental, tem gerado muitos impactos, sejam eles visuais, sonoros, danos à fauna e, por vezes, a invisibilização das populações que acabam sofrendo com a perda dos territórios. Assim, percebe-se que essa energia ganhará dimensões ainda maiores em função dos seus benefícios socioeconômicos, e, como consequência, novos problemas ambientais e sociais podem surgir, causando efeitos ainda mais danosos.

ITAÍÇABA: A CULTURA DO ARTESANATO DE PALHA

Saindo de terras potiguares e indo em direção ao Ceará, visitou-se as áreas de extração e artesanato de palha de carnaúba, no município de Itaíçaba. Localizado ao leste do estado, na região do Vale do Jaguaribe, a paisagem é constituída pelo rio Jaguaribe, o monte Ereré e os seus carnaubais. Nesse trecho do trajeto tivemos a oportunidade de organizar uma roda de conversa com artesãs da palha de carnaúba e realizamos uma trilha pelo Rancho Ramada até o rio Palhano, produzindo registros fotográficos que evidenciam os espaços onde a palha de carnaúba é coletada.

Primeiro visitamos um grupo de mulheres (Figura 5) que produzem artesanato de palha da carnaúba, que possui valor simbólico e econômico. Tratando-se de uma prática que atravessa gerações, o seu valor simbólico pode estar associado aos povos indígenas que habitavam o local que, com a invisibilização do processo colonizador, foram obrigados a deixar suas terras e suas identidades para trás (BARROS, 2023). No decorrer dos diálogos com as artesãs, foram relatadas as motivações, a importância e a desvalorização que envolvem o artesanato de palha.

Figura 5 – Artesanato da palha de carnaúba em Itaíçaba

Fonte: Acervo dos autores (2022).

A: Coletivo de mulheres artesãs reunidas, sentadas no chão, em roda, e dedicadas à produção de peças com a palha da carnaúba.

B: Conjunto de peças de artesanato de palha de carnaúba

As falas dessas mulheres conectam-se umas com as outras, pois todas possuem um histórico de vida semelhante. Durante a roda de conversa, as mulheres relataram que aprenderam a trançar palha com suas mães e avós ainda na infância, pois as famílias não possuíam muitas condições e diante da necessidade de ajudar na renda da casa, elas eram submetidas a esse trabalho. De acordo com elas, antes da comercialização e da demanda em grande escala, as peças de artesanato eram trocadas por comida nas mercearias.

Foram pontuados muitos desafios que envolvem a produção do artesanato de palha, a exemplo da desvalorização do produto e do trabalho, pois dedicam muitas horas na confecção, sentadas no chão, o que repercute em desconfortos físicos. Além disso, em função dos atravessadores, há uma grande disparidade entre o valor que as artesãs recebem pelo seu trabalho e o valor final dos produtos, comercializados no mercado internacional. Foi possível observar isso na conversa com o responsável pela Associação das Mulheres Artesãs de Itaíçaba, ao nos mostrar uma bolsa que, quando vendida no comércio local, seu preço gira em torno de R\$ 40,00, e quando passa para o comércio externo, seu valor chega a R\$ 200,00 aproximadamente.

Além disso, as mulheres têm observado a expansão da carcinicultura (Figura 6), que consiste na criação de camarão em cativeiro. Sua instalação dá-se de maneira destrutiva e tem devastado milhares de hectares de carnaubais, secado poços das famílias, apropriando-se da

água e produzindo um cenário de injustiça ambiental⁴. Com isso, o preço da palha fica elevado em função da diminuição dos carnaubais, tornando-se inacessível para as mulheres que precisam comprar a palha. Nesse cenário, elas mencionam que a criação de camarão em viveiros tem sido um dos principais vilões do seu trabalho.

Figura 6 – Viveiro para produção de camarão em cativeiro



Fonte: Acervo dos autores (2022).

Ainda em Itaiçaba, foi possível dialogar sobre a presença indígena no município, a partir de sua vinculação com o artesanato da palha de carnaúba. Autores como Ferreira Neto (2011) e Vicente (2011) retratam um massacre da etnia Paiacu que ocorreu em 1699, durante a Guerra dos Bárbaros, em um local chamado Monte Ereré (atualmente um dos principais cartões postais de Itaiçaba) (Figura 7), onde os indígenas desta etnia estavam aldeados e um comandante teria ordenado que os prendessem e matassem.

⁴ Compreendida como a negação do direito de acesso aos bens naturais necessários à manutenção da vida e/ou a exposição da população a contaminantes, resultados dos processos de expansão e territorialização de atividades econômicas perigosas (SOUZA, 2019).

Figura 7 – Presença de carnaubais e do Monte Ereré em Itaíçaba

Fonte: Acervo dos autores (2022).

TABULEIRO DO NORTE: TERRITÓRIO DO CAMPESINATO E DO AGRONEGÓCIO

A última atividade deu-se no município de Tabuleiro do Norte, também localizado na região do Vale do Jaguaribe. O território em questão, que corresponde a uma parcela da Chapada do Apodi, vem enfrentando nos últimos anos os impactos decorrentes da territorialização do agronegócio, que tem produzido processos de injustiça ambiental (SOUSA, 2023). Nessa área foram visitadas três comunidades que sofrem com esses impactos, sendo elas: Santo Estevão, Santo Antônio dos Alves e Curral Velho. Na ocasião, realizou-se uma roda de conversa e diálogos com camponeses(as) e membros da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte (Figura 8), organização que atua na defesa dos territórios camponeses e por justiça ambiental.

Figura 8 – Visita ao quintal produtivo de famílias de agricultores

Fonte: Acervo dos autores (2022).

Neste território foi possível perceber o confronto de dois paradigmas de desenvolvimento diferentes, diversos e conflitantes. Um desses é expresso pela convivência com o Semiárido⁵, marcada pela atuação de organizações da sociedade civil, camponeses(as), pesquisadores(as), técnicos e universidades, e caracterizada pela inserção de tecnologias sociais que contribuem com a melhoria das condições de vida da população. O outro diz respeito à expansão e territorialização do modelo produtivo do agronegócio (Figura 9), sobretudo do algodão (mas também de sorgo, milho e soja), o qual tem incidido em conflitos ambientais.

Figura 9 – Vista de uma das fazendas de empresa do agronegócio em Tabuleiro do Norte



Fonte: Acervo dos autores (2022).

Esses dois modelos são impossíveis de coexistirem de maneira harmônica em um mesmo território. O agronegócio, a partir de sua territorialização (compra e arrendamento de terras), da utilização intensivo-dependente de agrotóxicos e da monocultura, impossibilita a convivência com o Semiárido. Sobre os territórios camponeses, como mostra Sousa (2023), a injustiça ambiental produzida pelo agronegócio se revela mediante a destruição de tecnologias sociais (Figura 10), da expulsão de camponeses(as), contaminação do ar, desmatamento, desativação de apiários em função do contato com os agrotóxicos e do acirramento da negação do direito de acesso à água.

Figura 10 – Destruição ocasionada pelo agronegócio e presença de cisterna em quintal produtivo

⁵ Compreendida como a promoção da melhoria da qualidade de vida, com participação política, valorização cultural, incremento de alternativas econômicas, com a utilização de tecnologias sociais que possibilitem segurança hídrica e alimentar (SILVA, 2008).



Fonte: Acervo dos autores (2022).

A: Cisterna de placa ao lado de casa destruída nas vizinhanças de área de produção do agronegócio.

B: Cisterna calçadão em quintal produtivo associada à outras tecnologias sociais.

Observou-se que as comunidades passam por muitas transformações em função da expansão do agronegócio sobre os territórios camponeses, gerando medo, insegurança e dúvidas quanto ao futuro (CAVALCANTE, 2021). Diante desse cenário instalado no território, observou-se que os(a) camponeses(as), mesmo frente aos desafios impostos pelo agronegócio, continuam resistindo, denunciando e lutando contra o processo de desterritorialização.

Diante disso, percebe-se que o trabalho de campo, vinculado às entrevistas abertas, rodas de conversa e registros fotográficos, se constitui como uma etapa fundamental de investigações voltadas ao entendimento das contradições, desigualdades e conflitos presentes no campo. É esse momento que nos permite apreender e assimilar o debate teórico mediante leituras acadêmicas e verificar os processos onde eles de fato ocorrem, afetando povos e comunidades vulnerabilizadas no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente ensaio foi realizar uma reflexão sobre os principais métodos e técnicas de pesquisa em Geografia Agrária, com foco no trabalho de campo realizado em quatro territórios distintos. A partir da realização dos trabalhos de campo, foi possível sistematizar uma discussão muito cara à Geografia Agrária, qual seja, a importância de entrar em contato direto com a realidade dos territórios pesquisados, conversando com coletivos, entrevistando individualmente os sujeitos, realizando entrevistas, rodas de conversa e registros fotográficos, etc.

Além de destacar o trabalho de campo como uma importante ferramenta metodológica, a partir dele foi possível perceber que os territórios visitados partilham de significativas semelhanças e diferenças. Conseguimos observar que em todos eles há evidência de conflitos, que são decorrentes, principalmente, de disputas por terra e pelos bens naturais, seja pelo

avanço do agronegócio, pela instalação de empreendimentos de energia eólica ou de novos modelos produtivos, como a carcinicultura. Entretanto, nesses territórios podemos notar a presença de algumas estratégias de resistência aos impactos decorrentes dessas dinâmicas de territorialização.

No Perímetro Irrigado do Sabugi e na Chapada do Apodi, por exemplo, as comunidades resistem na luta pela permanência da convivência com o Semiárido. Já em Lagoa Nova, a resistência está atrelada aos efeitos socioambientais decorrentes dos empreendimentos de energia eólica, enquanto em Itaiçaba os sujeitos resistem na manutenção da tradição do artesanato de palha da carnaúba frente ao avanço da carcinicultura. A partir desses contrastes fica evidente a diversidade dos processos que atravessam esses territórios e a emergência de abordagens sensíveis, a exemplo de como foi realizado nos trabalhos de campo direcionados para compreender as singularidades de cada realidade.

Assim, percebeu-se como o recurso do trabalho de campo pode ser determinante para uma dada pesquisa. Ele pode inclusive redirecionar totalmente uma investigação, afirmando ou contestando a sua viabilidade. É possível que ele ponha o pesquisador em dúvida sobre a adequação da teoria adotada ao contexto do território visitado. Dessa forma, os métodos e as técnicas de pesquisa apresentam uma grande diversidade, podendo ser utilizadas a depender dos objetivos estabelecidos. São muitos os métodos e as técnicas disponíveis, que certamente auxiliarão no desenvolvimento de uma investigação em Geografia Agrária, cuja intencionalidade aponta para a visibilização dos problemas, desafios e conflitos presentes no espaço agrário, bem como para as estratégias e os horizontes de resistência.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H.; VIÉGAS, R. N. Cartografias sociais e território – um diálogo latino-americano. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPUR, 2013. p. 14-40.
- BARROS, G. M. **“Itaiçaba é território indígena”**: resistências e permanências dos povos originários do Vale do Jaguaribe/CE. 141f. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2023.
- BEZERRA, B. S. **Políticas públicas hídricas e acesso à água no Perímetro Irrigado Sabugi (Caicó/RN)**. 2024. 124f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2024.
- BONI, V. B.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

CAVALCANTE, L. V. **“As firmas tomaram conta de tudo”**: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe – CE. 398f. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

CAVALCANTE, L. V. Um novo mal anunciado: a territorialização do agronegócio do algodão transgênico no Ceará. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 22, p. 145-169, 2021.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.

FERREIRA NETO, C. Indígenas e negros no Vale do Jaguaribe: entre o cativo e a liberdade. In: SEMINÁRIO HISTÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE INDÍGENA, NEGRA E AFRO-BRASILEIRA, **Anais...** Morada Nova, 2011.

FIALHO, J. M. **Impactos econômicos percebidos pela população com a implantação de parques eólicos no município de Lagoa Nova no Rio Grande do Norte**. 21f. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão Ambiental) - Instituto Federal da Paraíba, Guarabira, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KAYSER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 93-104, jul. 2006.

MARAFON, G. O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em Geografia Agrária. **Revista Geográfica de América Central**, San José, v. 2, n. 47, p. 01-13. 2011.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 56-71.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 98-106, 2014.

OLIVEIRA NETO, C. R. **Energia eólica e desenvolvimento no Terceiro Milênio**: reflexões a partir do Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte. 159f. 2016. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PONTES, A. G. V. et al. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 18, v. 11, p. 3213-3222, 2013.

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

SOUSA, J. A. **Agronegócio e injustiça ambiental na Chapada do Apodi (CE): a convivência precária com o Semiárido na fronteira do capital.** 224f. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2023.

SOUZA, M. L. **Ambientes e territórios:** uma introdução à ecologia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SOUZA, M. M. O.; PESSÔA, V. L. S. O trabalho de campo em geografia: por uma perspectiva participante de investigação científica. In: MARAFON, G. J. et al. (Org.). **Pesquisa qualitativa em Geografia:** reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, p. 173-190.

SPOSITO, M. E. B. As entrevistas. In: SPOSITO, M. E. B.; SPOSITO, E. S. (Org.). **A construção de uma pesquisa em ciências humanas.** Rio de Janeiro: Consequência, 2022. p. 295-302.

VICENTE, M. F. **Entre São Francisco Xavier e a Madre de Deus:** a etnia Paiaku nas fronteiras da colonização. 2011. 160f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

Submetido em: 21 de março de 2024

Aprovado em: 20 de maio de 2025

Publicado em: 30 dezembro de 2025